

EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO POPULAR: MILITÂNCIA, PRÁXIS E EXPERIÊNCIAS*

*Tiago Zanquêta de Souza
Valéria Oliveira de Vasconcelos*

Introdução

Este capítulo é resultado de reflexões teóricas sobre nossas experiências de ensino, pesquisa e extensão vinculadas, de modo muito particular, aos fundamentos teórico-metodológicos da Educação Popular (EP) – que nos remete à relação universidade-comunidade – e da Extensão Popular (ExtP), que possibilitam à Universidade assumir o compromisso ético de aproximar-se da vida mesma, fora dos muros da academia, em que direção se der.

Nas páginas a seguir, registramos nossa luta por superar contextos sociais que se apresentam, a cada dia mais, opressores e excludentes, que negam e invisibilizam milhares de pessoas, especialmente aquelas que frequentam e dependem da escola pública. Nos tempos atuais, a crise humanitária revelada pela pandemia de Covid-19 deflagrou a mais dura e cruel face do neoliberalismo e da necropolítica, atingindo principalmente (embora não exclusivamente) à população menos favorecida e trazendo resultados na área da Educação ainda por serem percebidos, analisados e aprofundados.

Em tempos de tentativas recorrentes de destruição da democracia, dos direitos de aprender, da escola pública e laica para todos e todas - da educação básica à universidade - entendemos a necessidade de problematizar a importância da Ciência (inclusive das Ciências Humanas), da pesquisa, do fazer e do pensar militante, com vistas à transformação da realidade. É fulcral reconhecer: a realidade está sendo e, portanto, não é! Especial atenção deve ser dada ao momento atual, em que nos encontramos atravessados pelas profundas modificações impostas e que ainda advirão pós-pandemia.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-84-0-0-f.63-86

O objetivo deste capítulo é o de, portanto, contribuir com o debate acerca do fazer da Educação Popular e da Extensão Popular, como possibilidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva militante, com vistas à emancipação, ao exercício da solidariedade, como caminho que auxilie, também, na superação dos desafios inerentes ao que a pandemia nos impõe hodiernamente.

O texto está organizado em três partes. Num primeiro momento, discutimos o conceito de Educação Popular e Extensão Popular, adotando, para isso, a perspectiva da militância, conceito fundamental para que primemos pela coerência entre o pensar, o fazer e o dizer.

No segundo momento, tratamos brevemente sobre a pesquisa militante como exigência ética e política, principalmente no momento atual, em que enfrentamos claras manifestações de necropolítica.

Como forma de problematizar nossas próprias práticas de pesquisa, ensino e extensão, por último, trazemos reflexões sobre a importância do saber de experiência feito e sobre a necessária ruptura com a dualidade saber popular e saber científico. Trazemos, também, algumas provocações pedagógicas em tempos de pandemia.

Educação Popular e sua articulação com a Extensão Popular: uma perspectiva militante

Algumas das características fundantes da Educação Popular, em todos os momentos históricos, são a transgressão do que está posto e a superação da opressão como desafios para pesquisadores/as engajados/as com a transformação da sociedade. Atualmente trata-se de uma luta contra as forças neoliberais e necrófilas que insistem em atentar contra a democracia, o Estado de direito e, dentre estes direitos, o de aprender, o de ser, saber e poder.

Paulo Freire (1996), no prefácio da *Pedagogia da Autonomia*, anuncia a necessidade de lutar contra a ignorância, o medo e o fatalismo que impõe às pessoas oprimidas a responsabilidade pelo próprio fracasso e a ideia de que a realidade está pronta e acabada, de que é “assim mesmo” e “não vai mudar”. Nascidos eminentemente para a humanização, somos todos e todas, seres de transformação e, como tal, não podemos aceitar que se faça de umas consciências, objetos das outras.

O papel da Educação, em seus mais diferentes níveis, é o de questionar e problematizar a realidade. É como coloca Paulo Freire (2000, p.53-54)

É certo que mulheres e homens podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto, mas a partir da realidade concreta a que 'chegam' em sua geração. E não fundadas em devaneios, falsos sonhos sem raízes, puras ilusões. O que não é, porém, possível, é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. As puras ilusões são os sonhos falsos de quem, não importa que pleno ou plena de boas intenções, faz a proposta de quimeras que, por isso mesmo, não podem realizar-se. A transformação do mundo necessita tanto de sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha as condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta [...].

As atividades de ensino, pesquisa e extensão, por isso mesmo, sob a perspectiva de Freire (1996, 2000), implicam a necessidade de desmascarar a ideologia dominante que está presente em muitas dessas práticas acadêmicas.

A neutralidade da educação, falácia reproduzida por uma corrente extremamente ideológica, que considera o “pensamento único” como a linha mestra a ser seguida, pode e deve ser constantemente questionada, tensionada e problematizada. Se a educação é uma forma de intervenção no mundo, como coloca Freire (1996) e, por isso mesmo, é política (FREIRE, 2011c), não existe neutralidade. Embora defendida por aquelas/es que se alinham aos opressores, ou seja, à elite cujas práticas são colonizadoras, monoculturais e eurocentradas, sabemos de sua impossibilidade epistemológica. Há uma insistência, por parte desse grupo, de afirmar que apenas as pessoas que se colocam no campo progressista, alinhadas ao que consideramos como esquerda política, são ideológicas, como se aquelas que se alinham ao conservadorismo de direita também não o fossem. Ora, partindo do conceito de Marx e Engels (2002), ideologia diz respeito a uma construção intelectual sobre a realidade, que descreve e explica o mundo a partir do ponto de vista da classe dominante de sua sociedade, que falseia a realidade, que nega e invisibiliza o ponto de vista das classes populares, dominadas. Tal compreensão, portanto, desmonta a falácia anteriormente anunciada.

A colonialidade (QUIJANO, 2005), fruto dessa ideologia, propala os valores e preceitos construídos no eurocentrismo, no racismo, no machismo, na heteronormatividade, no capitalismo, no neoliberalismo, que sedimentaram, historicamente, hierarquias e desigualdades.

Por seu lado, a EP, como um movimento originariamente erigido na América Latina, vem resistindo às mais distintas formas de opressão desde há muito tempo.

A história da Educação Popular, como contraponto latino-americano ao emergente pensamento hegemônico imposto pelos colonizadores, teve diferentes marcos, protagonizados por pessoas que ousaram contestar a absolutização do paradigma europeu como verdade única (VASCONCELOS, 2020, p. 498).

Representa, portanto, uma tomada de posição, de luta, de movimento, de militância contra a ideologia, no anseio pela profundidade da análise de problemas, no reconhecimento de que a realidade é mutável, na intolerância de quaisquer práticas preconceituosas, de exclusão e de discriminação. A EP não se aquietá diante de situações de dominação e ameaças e ama o diálogo, dele se nutrindo (FREIRE, 2011a), configurando um profundo processo de conscientização.

No processo de conscientização, [...] a realidade concreta [serve] como ponto de partida, como via de acesso para construir a consciência crítica, de modo a oportunizar a problematização da realidade. É preciso considerar, por isso, que o conhecimento se constrói a partir da realidade concreta, na cultura. Conhecendo a realidade latino-americana, Freire incita-nos a apostar na possibilidade de uma educação contra hegemônica, uma educação que contribua na formação do sujeito histórico autônomo, com capacidade de romper, de decidir, de dirigir, de ser ativo e atuante frente aos problemas do seu tempo. O que exige consideração e atenção aos nossos condicionantes históricos que redundaram no nosso modo de ser, particularmente, no nosso modo de pensar. (SOUZA; OLIVEIRA, 2018, p.44).

Em nossa perspectiva, ao considerarmos o processo de conscientização, estamos falando, fazendo e pensando Educação Popular. Esse movimento de trabalho político, com as classes populares (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009) se desenvolveu nos mais diferentes espaços e

contextos e trata de uma educação que se realiza *na e por meio da cultura*, como um processo de problematização e reflexão da própria vida.

Asseveramos que a EP tem dois sentidos. O primeiro, como um processo geral que busca a construção do saber comunitário, como educação da, na, para e pela comunidade. O segundo, como um trabalho político, de luta por transformações da sociedade, pela autonomia e emancipação das pessoas, pelo fortalecimento da democracia e pela justiça social. Assim, a Educação Popular consiste em um

Processo de humanização, um ato político, de conhecimento e de criação, que ocorre no diálogo entre seres humanos, sujeitos de sua vida, e que, solidariamente, fazem e refazem o mundo. Ao falarmos de Educação Popular, não estamos nos referindo à educação das classes populares, mas à educação *com* as classes populares, *com* elas compromissada e *com* elas realizada, mediante o diálogo. (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2009, p. 136).

Estes apontamentos nos permitem afirmar que a militância sempre esteve presente na prática de professores/as e pesquisadores/as atrelados/as à EP que, independentemente dos movimentos a que aderiram, possibilitou a construção de caminhos rumo à legitimação de uma educação pautada nos pressupostos da humanização, da libertação e da emancipação: “a educação é popular quando, enfrentando a distribuição desigual de saberes, incorpora um saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo” (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009, p.31). Em tempos de pandemia, tal militância se faz urgente e primordial, no sentido de desvelar a realidade para melhor nela intervir.

Não podemos perder de vista a compreensão de que somos seres inconclusos e inacabados (FREIRE, 2011a) e, exatamente por isso, nos educamos continuamente, o que implica sermos sujeitos de nossa própria educação e não objeto dela.

Hoje, professores/as, pesquisadores/as, intelectuais, organizações sociais, compromissados/as com o ensino, a pesquisa e a extensão precisam reinventar a Educação Popular, com vistas a uma prática pedagógica que inquiria às pessoas quem são, como e onde vivem, porque a realidade se dá dessa forma, entre tantas outras questões. Com vistas a contribuir para a educação básica, faz-se urgente que a academia se abra a ouvir como esses sujeitos desejam e não desejam ser, em que mundo

querem viver e para que mundo de vida social estão dispostos a se preparar para preservar, criar ou transformar (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009).

Nos momentos atuais, a crise humanitária deflagrada pela pandemia de Covid-19 fez saltar aos olhos a extrema desigualdade social existente no planeta e, junto com ela, as inúmeras situações de opressão, negligência e supressão de direitos a que milhares de pessoas estão expostas. Trata-se, como coloca Enrique Dussel (2007), da negação da vida. Boaventura de Sousa Santos (2020, p.16-17), fazendo referência ao “sul da quarentena”, afirma que:

No dia 23 de Março, a Índia declarou a quarentena por três semanas, envolvendo 1,3 mil milhões de habitantes. Considerando que na Índia entre 65% e 70% dos trabalhadores pertencem à economia informal, calcula-se que 300 milhões de indianos ficaram sem rendimentos. Na América Latina, cerca de 50% dos trabalhadores empregam-se no sector informal. Do mesmo modo, no caso do Quénia ou Moçambique, devido aos programas de reajustamento estrutural dos anos 1980-90, a maioria dos trabalhadores é informal. Isto significa que dependem de um salário diário; mesmo os que possuem um emprego formal gozam de poucos benefícios contratuais. A indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome.

Nessa linha, quando Santos (2020, p.16) afirma que “as recomendações da OMS parecem ter sido elaboradas a pensar numa classe média que é uma pequeníssima fracção da população mundial”, nos ajuda a ilustrar a negação de que trata Dussel. As práticas de EP, dessa maneira, na perspectiva do *querer bem* de Freire (1996), podem ajudar a problematizar o presente contexto e buscar diminuir os conflitos entre a provisão das famílias e a proteção à vida, a exemplo do que se escancarou com a pandemia.

Urge, portanto, um aprofundamento da leitura de mundo (FREIRE, 2011b) para que, a partir disso, possamos atuar criticamente sobre a realidade. Em outros escritos (SOUZA; VASCONCELOS, 2019) observamos que as pessoas, ao fazerem sua leitura de mundo, mediante análise contextualizada da realidade, emprestam seus conhecimentos e contam sua história. Em outras palavras, descrevem suas experiências construídas ao longo da vida, valendo-se de recursos que demonstram sentimentos, em

grande parte, dos momentos em que viveram, o que pode auxiliar na construção do Ser Mais.

Esse Ser Mais, como vocação e princípio ontológico (FREIRE, 2005) implica uma construção e sistematização do conhecimento de maneira distinta. A leitura de mundo é condição primeira para as escolhas de pesquisa do/a investigador/a. A pesquisa se dá, por isso, na e por meio da práxis, em que a dialogicidade é condição para que o conhecimento social seja desvelado e produzido, e cuja rigorosidade está intimamente associada à transposição da consciência ingênua à consciência crítica, ao desenvolvimento da “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2011a).

Reiteramos também que é preciso primar pelo diálogo para promover a superação do autoritarismo, numa relação que transcendia a licenciosidade e a opressão, criando condições para o desenvolvimento da autonomia e para a concretização de ações transformadoras (SOUZA; VASCONCELOS, 2019).

Desse modo, como forma de reafirmarmos o sentido e significado da Educação Popular na atualidade referendamos alguns elementos apontados por Carlos Rodrigues Brandão e Rayane Assumpção (2009, p.96, grifos nossos):

- a) é uma concepção fundamentada em um referencial teórico-metodológico **que parte da vivência e da prática** concreta dos sujeitos para desvelar a conjuntura, os aspectos culturais e estruturais, na perspectiva de recriar o conhecimento e a ação transformadora;
- b) exige uma **coerência entre a concepção teórico-metodológica e o posicionamento político-pedagógico**: a intencionalidade de construir a autonomia e emancipação dos sujeitos;
- c) os sujeitos populares são reconhecidos como protagonistas do seu aprendizado e de sua emancipação – **a aprendizagem é compreendida como processo e não como produto ou resultado**;
- d) o diálogo e o conflito são constitutivos do processo de aprendizagem, que deve se pautar e **construir valores éticos, democráticos e emancipatórios**.

Partir das experiências vividas exige – por parte do/a pesquisador/a, do professor/a, do/a intelectual e de todas as pessoas que se propõem a conduzir práticas educativas pautadas na EP – coerência entre o que se fala, pensa e faz, de modo a possibilitar uma aprendizagem que dê e tenha sentido e significado na e para a vida.

Tendo em vista a escolha política e ética que defendemos, procuramos articular os princípios da EP com a Extensão, cujas práticas estejam assentadas em contextos escolares e não-escolares.

A Extensão que pleiteamos passa longe do equívoco gnosiológico apontado por Freire (2015), como um ato de estender (em si mesmo) um conteúdo estático, em que aquele que estende o conteúdo é ativo e, aquele que recebe é “espectador”, depositário, passivo. Nisso reside uma perspectiva salvacionista e de mão única, da universidade para a comunidade, que é, por isso mesmo, equivocada. Mas, ao compreender a Extensão Popular “como trabalho social útil com a intencionalidade de conectar o ensino e a pesquisa” (MELO, 2014, p.45), podemos intervir na realidade e contribuir para transformá-la, assumindo, assim, que o caráter educativo e o conteúdo pedagógico proveem dessa mesma vértice.

De acordo com José Francisco de Melo (2014), a Extensão Popular na perspectiva do ensino, é capaz de difundir conhecimento e identificar problemas de diferentes ordens, dentre elas, científicas, culturais, cujas metodologias de investigação, especialmente participativas, como a pesquisa-ação e a pesquisa participante, seriam tomadas como forma de resolver tais problemas. Trata-se de um trabalho comunitário cujo potencial reside na geração de um conhecimento aplicado e que pode, por excelência, ser trabalhado na perspectiva do ensino, pela universidade.

A extensão configura-se e concretiza-se como trabalho social útil, imbuído da intencionalidade de pôr em mútua correlação o ensino e a pesquisa. Portanto, é social na medida em que não será uma tarefa individual; é útil, considerando que esse trabalho deverá expressar algum interesse e atender a uma necessidade humana. É, sobretudo, um trabalho que tem na sua origem a intenção de promover o relacionamento entre ensino e pesquisa. Nisto, e fundamentalmente nisto, diferencia-se das dimensões outras da universidade, tratadas separadamente: o ensino e a pesquisa. (MELO, 2014, p.45-46).

Ao assumirmos este conceito de Extensão, estamos primando pela coerência com a concepção de Educação Popular que igualmente adotamos. E, como forma de solidificar esta coerência, entendemos que a perspectiva militante também está atrelada à Extensão como trabalho social útil¹, uma vez que parte da premissa de que em comunhão é possível

¹ Tomando a crítica como pressuposto, envolvendo os setores populares e desenvolvendo atividades coletivas, a extensão popular adquire a dimensão metodológica exposta. Extensão

produzir um conhecimento proveniente da transformação da realidade. Este movimento participativo está intimamente associado à visão de mundo e à forma como esta comunidade, em extensão, se reconhece, percebe e atua na sociedade, o que configura o caráter militante.

É preciso vincular à Extensão a dimensão popular, como forma de transpor, como coloca Melo (2014), os muros institucionais, abrangendo ações conectadas com os movimentos sociais e outros segmentos, historicamente excluídos e marginalizados, realizando-as no conjunto das tensões de seus participantes, com eles e em seu próprio contexto, alvo de transformação.

A Extensão Popular constitui um arcabouço ético-político-social que não a coloca em concorrência com qualquer forma de extensão universitária em áreas específicas (como biologia, engenharia, ecologia, cultura, artes ou saúde). Pelo contrário, trata-se de uma prática identificada com a busca por um referencial humanizador, de participação democrática, justa e respeitosa, independente do espaço em que ocorra ou da área da ciência em que se debruce. Nela está explícita a práxis, inclusive a nossa própria (SOUZA, 2019). E, é nessa direção, que a entendemos como necessária no contexto acadêmico, no âmbito escolar e não-escolar.

Pesquisa militante

Antes de empreendermos esforços para entendermos o caráter militante que atribuímos à pesquisa, na esfera da Educação Popular e da Extensão Popular, faremos uma discussão, ainda que breve, sobre as influências do neoliberalismo e da necropolítica nos contextos investigativos que buscam a transformação da realidade.

Achille Mbembe, conhecido por ter cunhado em 2003 o termo "necropolítica", em entrevista recente a Diogo Bercito (2020, p.1), por ocasião da pandemia de Covid-19, afirma que "o sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer". Segundo ele, a "lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo", que deveria ser chamado de necroliberalismo. "Esse

como trabalho social útil é criadora de produtos culturais, cuja origem está na realidade humana e abre possibilidades de se criar um mundo, também, mais humanizado. É o trabalho social útil que transforma a natureza, produz a cultura e revela a intencionalidade de transformação (MELO NETO, 2005, s/p).

sistema sempre operou com a ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado”.

Ora, tal cenário é angustiante e, ao mesmo tempo, aterrador. Como é possível priorizar a economia de mercado, o que garantiria a existência de uns poucos em detrimento da morte de muitos? Na perspectiva da pesquisa, como produzir investigações científicas outras, *com* as pessoas e não *sobre* elas, de modo a buscar confrontamentos ao presente contexto?

Ao fazer algumas perguntas a Mbembe, Bercito (2020, p.2, grifos nossos) aprofunda um tanto mais a reflexão.

Diogo Bercito – O isolamento social nos dá, de alguma maneira, um poder sobre a morte?

Mbembe – Sim, um poder relativo. **Podemos escapar da morte ou adiá-la.** A contenção da morte é o cerne dessas políticas de confinamento. Isso é um poder. Mas não é um poder absoluto porque depende das outras pessoas.

Diogo Bercito – Depende de outras pessoas também se isolarem?

Mbembe – Sim. Outra coisa é que muitas pessoas que morreram até agora não tiveram tempo de se despedir. Diversas delas foram incineradas ou enterradas imediatamente, sem demora. Como se fossem um lixo de que precisamos nos livrar o mais rapidamente possível. Essa lógica de descarte ocorre justamente em um momento em que **precisamos, ao menos em tese, da nossa comunidade**. E não existe comunidade sem podermos dizer adeus àqueles que partiram, organizar funerais. A questão é: **como criar comunidades em um momento de calamidade?**

Mbembe, em outras palavras, nos chama atenção para o fato de que as comunidades forjadas pelas classes populares estão morrendo. A morte, pelo vírus, é apenas pretexto. É justificativa biológica que legitima a crueldade e a negação da existência de muitos, de modo a imprimirem sempre e cada vez mais, a ideia de que a catástrofe é responsabilidade das próprias pessoas. É a culpabilização das vítimas cada vez mais materializada, sob a égide de quem acumula cada vez mais poder econômico junto ao capital. Ora, se a *comunidade é tudo* – seres humanos em relação entre si, mas com os demais seres animados, inanimados, visíveis e invisíveis presentes num determinado ecossistema de vida (OLIVEIRA, et. al, 2013), e é com a comunidade que também empreendemos a pesquisa, faz-se necessário, portanto, a adoção de uma

perspectiva militante. Nesse sentido, a pesquisa pode e deve colaborar para que haja a reprodução e a preservação da vida, nas suas mais variadas formas, pois, "o cientista que penetra na realidade como investigador militante tem uma forma de conceber a si mesmo e à sua própria arte" (BONILLA; CASTILLO; FALS BORDA; LIBREROS, 1999, p.142).

Para quem se arrisca à pesquisa militante, especialmente vinculada à pesquisa-ação e à pesquisa participante, é preciso considerar quatro aspectos:

1) a metodologia e o investigador não são duas coisas separadas. 2) a metodologia é inseparável dos grupos sociais com os quais o investigador trabalha. 3) a metodologia varia, evolui e se transforma segundo as condições políticas locais ou a correlação das forças sociais, em conflito velado ou aberto. 4) a metodologia depende, em grande medida, da estratégia global de mudança social adotada e das táticas a curto e médio prazo. (BONILLA; CASTILLO; FALS BORDA; LIBREROS, 1999, p.142).

Partindo destes aspectos, de acordo com os autores supracitados, é possível compreender que a aproximação como prática metodológica, junto com/às comunidades, não pode ser utilizada ou manipulada por pesquisadores/as que não sejam militantes, uma vez que apenas militante mente somos capazes de estabelecer a crítica necessária à nossa própria prática, assegurando-nos da validade de nossos intentos, com as pessoas envolvidas e profundamente imersos/as na região e circunstâncias sociais em que nos encontramos. A militância, nesse sentido, imprime organicidade e dinamicidade na aproximação com as pessoas. Nisso reside, também, sua utilidade e a utilidade da pesquisa empreendida junto às comunidades populares a que se insere. A realidade social, cultural, econômica, ecológica vivida pelas pessoas de uma comunidade é que orientará as escolhas metodológicas de pesquisadores/as militantes. E é esse também o próprio caráter da militância, uma vez que se trata de um fazer pesquisa em contraposição ao que defende a hegemonia acadêmica. Esse modo de fazer ciência se volta contra o neoliberalismo e contra a necropolítica. Trata-se da produção de

[...] conhecimento através da ação [cujo] objetivo do investigador militante é colocar suas técnicas e os conhecimentos adquiridos a serviço de uma causa. Esta causa é, por definição, uma

transformação fundamental da sociedade envolvente da qual o grupo, a região ou a comunidade estudada fazem parte (BONILLA; CASTILLO; FALS BORDA; LIBREROS, 1999, p.145).

A transformação da realidade implica, então, que as ações sejam estruturadas, pensadas, gestadas e realizadas com as pessoas que integram a comunidade em que o/a pesquisador/a se insere, de modo que a produção das técnicas de pesquisa esteja, da mesma forma, alinhada aos interesses e às condições desta mesma comunidade. Neste caso, as rodas de conversa, os círculos de cultura, entre tantas diferentes práticas dialógicas, se mostram como possibilidades de dinamizar o momento histórico, primando por formas mais adequadas de comunicação, de modo a estabelecer, com clareza e honestidade, um dizer com as pessoas, não por elas, cuja finalidade última, está na “formação e desenvolvimento de sua consciência de classe, e de acordo com a força organizativa que sejam capazes de engendrar” (BONILLA; CASTILLO; FALS BORDA; LIBREROS, 1999, p.146).

É preciso, portanto, buscar formas de reinventar a Educação Popular e a educação como um todo, nesses momentos de pandemia e de necropolítica.

Até o momento em que de tanto assim ser, venhamos a tornar reais as palavras de Paulo Freire, quando há mais de 50 anos nos lembrava que uma educação que deseje ser, mais do que apenas “popular”, uma prática libertadora e transformadora de pessoas, destinos, vidas, comunidades e sociedades inteiras, precisa reinventar-se. Precisa saber que ninguém educa ninguém. Mas que também ninguém se educa a si-mesmo. Nós, mútua e dialogicamente, nos ensinamos-e-aprendemos uns-às-outras, umas-com-os-outros, a partir de nossas diferenças e em nome de tornar um dia inexistente tudo aquilo que ainda nos faz sermos desiguais (VASCONCELOS; BRANDÃO, 2019, p. 310).

Problematizando nossas experiências

Trazemos aqui algumas de nossas experiências dialógicas, entendendo esses dois preceitos como apontam Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Corrêa Borges (2008):

“Experiência” porque envolve sempre o próprio trabalho da vida e porque abarca a conexão entre conviver, criar, fazer algo para, com, ou através do conhecimento. A começar pelo intrincado trabalho de re-equilíbrio de todo o ser. Algo que está sempre acontecendo durante e após (mas existe um “após”, aqui?) a vivência da aquisição de um novo conhecimento significativo vivido como um ato de aprendizagem. “Dialógica” porque é sempre o processo e o produto de uma troca. De uma reciprocidade. De um sair de si para si mesmo, toda a vez em que sensibilidades, afetos, modos pessoais de inteligência, eu, ego, self e seus diferentes níveis e territórios de vivência e de participação na aprendizagem e no conhecimento ingressam de novo na teia de cada momento em que cada um de nós vivencia a experiência de aprender-e-saber. E isto acontece sempre, por quanto num aprender uma mínima “coisa”, toda a teia interior envolvida na aprendizagem é de novo mobilizada e posta em ação. (BRANDÃO; BORGES, 2008, p.14).

Exercitar pesquisas e práticas militantes no Ensino Superior demanda a superação de desafios, principalmente aqueles relacionados com a ruptura das amarras pseudocientíficas que desconsideram o saber popular e a Educação Popular como formas legítimas de fazer educação e produzir conhecimento. Não podemos desprezar que, no contexto das universidades privadas, a lógica reproduzida muitas vezes é aquela, como já o dissemos anteriormente, atrelada à ideologia dominante que, reforçamos, nega e invisibiliza o ponto de vista das classes populares, oprimidas. Por consequência, práticas epistemológicas e metodológicas vinculadas à participação popular, quais sejam: pesquisa-ação, pesquisa participante, rodas de conversa, círculos de cultura, não raro, são fortemente questionadas. Dessa forma, quando assumimos tais práticas e epistemologias, estamos em busca de promover a resistência propositiva popular (NOVAIS; SOUZA, 2019) e de lutar pela descolonização da escola e, por extensão, da universidade, como coloca Manoel Tavares (2014).

Ultrapassados os ditames de um *quefazer* hegemônico no ensino superior, traremos algumas experiências específicas, separadas por contextos regionais e institucionais bastante demarcados. O primeiro autor – Tiago Zanquêta de Souza – atua em uma instituição privada de Uberaba/MG e trará exemplos de ensino, pesquisa e Extensão Popular realizados no período anterior à pandemia; a segunda autora – Valéria Oliveira de Vasconcelos – exerce sua atividade docente em uma instituição

confessional em Americana/SP e indicará algumas atividades de ensino, pesquisa e Extensão Popular já no período de pandemia.

Em terras mineiras: experiências singulares de ensino, pesquisa e extensão de um educador popular

*Quem espera que a vida
Seja feita de ilusão
Pode até ficar maluco
Ou morrer na solidão
É preciso ter cuidado
Pra mais tarde não sofrer
É preciso saber viver².*

Saber viver tem sido uma constante busca, entremeada a minhas práticas de ensino, pesquisa e extensão, que se misturam às minhas práticas cotidianas de produzir a vida. Alimento a esperança, no sentido do movimento e da ação como possibilidade de superar as relações de opressão, a negação da existência de muitos e muitas, a exclusão histórica do direito de aprender a que as pessoas pobres estão submetidas.

Às vezes, paira sobre quem se atreve à luta contra hegemônica, à rebeldia contra os dominadores, a solidão que castiga e a ilusão que consola. Mas, na verdade, não estamos sozinhos e tão pouco iludidos, uma vez que nossas³ práticas estão assentadas na realidade concreta. Há uma preocupação iminente em compreender e desvelar a realidade junto com as pessoas que partilham conosco suas vidas. Nossas práticas, portanto, não podem estar desgarradas da interpretação crítica da realidade vivente. Caso contrário, seríamos frutos da alienação e estaríamos, com certeza, submetidos e mergulhados a processos de dominação ainda mais inescrupulosos.

Venho percebendo que a esperança e o esperançar tem nos permitido elaborar um olhar mais aprofundado e enraizado no contexto onde a pesquisa, o ensino e a Extensão Popular acontecem.

² Fonte: LyricFind. Compositores: Erasmo Carlos / Roberto Carlos. Letra de É preciso saber viver. Editora e Importadora Musical Fermata do Brasil Ltda.

³ Me refiro a nossas práticas pelo fato de, como dito anteriormente, não estarmos sozinhos e pelo fato de que as práticas que desempenho são também aquelas que outras pessoas desenvolvem, no âmbito acadêmico ou não.

Com relação ao ensino, tenho utilizado práticas problematizadoras, especialmente por meio de rodas de conversa, que se pautam no diálogo, na amorosidade e na convivência metodológica, sistematizadas em três fases: investigação, tematização e problematização. Num primeiro momento, as rodas são formadas de acordo com as regras estabelecidas pela própria turma. O tema disparado, eleito, nesse caso, em consonância à matriz curricular da disciplina em estudo, passa a ser alvo de investigação pelos/as estudantes. Estes/as lançam mão de diferentes recursos, a começar pela investigação do seu próprio saber de experiência feito para, a partir dele, crítica e reflexivamente, na medida do possível, avançar na busca do conhecimento registrado nos livros, revistas e periódicos acadêmico-científicos. Geralmente, para esse momento das rodas, o uso dos celulares com *internet* tem sido bastante útil. É o momento em que trabalhamos uma dimensão mais prática da pesquisa nos textos e documentos. No segundo momento, as rodas passam à tematização, oportunidade em que os significados do que foi buscado e rememorado no saber de experiência feito se tornam alvo da reflexão dialogada e, no terceiro momento, passamos à busca do desenvolvimento da visão crítica em torno do tema alvo da investigação e tematização. Trata-se de uma prática que demanda grande esforço para aprender a escutar e a dizer a palavra propositivamente, como ensina Freire (2005).

Quanto à pesquisa, que assume um caráter militante, estamos primando por metodologias que preveem o trabalho coletivo, especialmente vinculadas, quando possível, à pesquisa-ação, à observação participante e à adoção, também, das rodas de conversa. Nos grupos de estudo e pesquisa, as rodas têm ganhado um contorno bastante interessante: as organizamos por meio do aquecimento, ou seja, uma atividade que suscita e prepara para o exercício do diálogo reflexivo, crítico e propositivo. Na sequência, passamos à problematização do tema em circulação na roda, momento em que todos e todas podem dizer a sua palavra, apresentar a sua compreensão à luz dos referenciais teóricos estudados, sem perder de vista o sentido e o significado que o tema abordado tem na sua prática de vida e de pesquisa. Por último, passamos ao encerramento e à avaliação da roda, como forma de, também, anunciar possibilidades para as rodas vindouras. Esta experiência tem sido bastante proveitosa, no sentido de que, por relatos que temos registrados, as pessoas se encorajam, trabalham a timidez, desenvolvem a autonomia, compreendem o como se dá o fazer coletivo e colaborativo. Conforme

ensina Freire (2011a), se lançam à ousadia, ao enfrentamento do medo. É um exercício de participação democrática cuja finalidade última é a transformação para o Ser Mais, tanto dos/as pesquisadores/as quanto de quem com estes/as fazem a pesquisa. É a transformação da realidade.

Quanto à Extensão Popular, nossas mais recentes práticas têm sido aquelas voltadas à formação continuada de professores/as-formadores/as, ou seja, àqueles/as que se dedicam à formação de seus pares, em núcleos institucionais, no caso, ligadas às escolas públicas da rede municipal de ensino de Uberaba/MG. De modo não muito diferente, as rodas de conversa têm sido recorrentemente utilizadas. Preparamos as ações extensionistas e formativas coletivamente, ou seja, com a participação de todas as pessoas envolvidas. A estrutura foi delineada na forma de oficinas, assim divididas: 1^a etapa: Oficina – A formação continuada em rede: olhares a partir da práxis. 2^a etapa: Oficina - *Quefazer* e contribuições da pesquisa em educação e 3^a etapa: Oficina – Saberes de experiência em movimento. Os objetivos traçados consistem em oportunizar aos/as profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, vivenciarem um processo de formação continuada, enquanto possibilidade de desenvolvimento profissional. Culminaremos com a elaboração de um *e-book* que traduzirá nossa compreensão e nosso aprendizado durante as ações extensionistas que estão sendo e serão desenvolvidas.

Por último, é preciso reforçar que cada roda de conversa é única. Trata-se de uma prática que permite a partilha de sentimentos, emoções, aflições, reflexões, desejos e, também, permite a mediação de conflitos. É uma prática que assume o conteúdo da vida como currículo e o coloca em diálogo com o que a Ciência, especialmente vinculada ao campo da Educação Popular, tem produzido ao longo dos anos.

Em terras paulistas: experiências singulares de ensino, pesquisa e extensão de uma educadora popular

*O que vale na vida
não é o ponto de partida
e sim a caminhada.
Caminhando e semeando,
no fim terás o que colher⁴.*

⁴ Cora Coralina.

Os últimos meses trouxeram inéditos desafios no ensino, na pesquisa e na extensão no Ensino Superior, inimagináveis há algum tempo atrás. Após os decretos governamentais que impuseram a suspensão de aulas - desde a Educação Infantil até a Universidade - e o isolamento social, tivemos⁵ que, literalmente, reinventar a Educação Popular nesse âmbito de “educação remota”.

Frente a esse novo cenário, visando a fazer das disciplinas espaços de aprofundamento e trocas de conhecimentos em um período absolutamente imprevisto e imprevisível para todas as pessoas envolvidas, algumas perguntas iniciais foram lançadas: Como garantir sentido, significado e qualidade quando a convivência e o face-a-face estão impedidos? Como contribuir para o enfrentamento da pandemia e do isolamento social entre alunas e alunos trabalhadores, frontalmente atingidos nesse contexto? De que forma a pedagogia e a pesquisa em Educação podem auxiliar para denunciar realidades opressororas e anunciar possibilidades de superação?

Isto posto, partilho algumas práticas que remetem à intrínseca relação entre Educação Popular, ensino, pesquisa e extensão. Uma das atividades trazidas como exemplo foi desenvolvida no decorrer da disciplina denominada “Laboratório de linguagens artísticas”, no curso de Pedagogia. Para Brandão:

Cultura [é], algo que sempre e inevitavelmente estamos criando. Estamos recriando partilhando e consolidando como este ou aquele tipo de instituição cultural em nossos mundos sociais. Algo de que somos os autores, todo o tempo, e também os atores: sujeitos de símbolos, de gestos e de significados que não podem deixar de viver e representar todo o tempo os pequenos e grandes dramas das vidas sociais que criamos. Que criamos e de que e dentro do quê, queiramos ou não, fomos um dia e continuamos sendo continuamente recriados.

Nessa disciplina foram propostas algumas oficinas, por parte da própria professora com professoras convidadas: “Teatro do oprimido”, “Escrita poética”, “Dança somática” e “Dialética do olhar”. A primeira oficina ocorreu presencialmente – o que parece algo muito distante no

⁵ Essas experiências e práticas remetem singularmente às atividades desenvolvidas por mim no âmbito de atuação acadêmica. Entretanto, utilizarei a primeira pessoa do plural por entender que as prerrogativas que me movem são, indiscutivelmente, múltiplas e coletivas.

tempo e no espaço – e proporcionou reflexões profundas sobre a opressão nossa de cada dia. A oficina de escrita poética foi proposta já no período de “educação remota”. Depois de partilhado um texto geral, foi solicitado que as alunas e alunos escrevessem sobre as próprias inquietações e sentimentos e, depois disso, socializassem dez dicas para vivenciar os tempos de pandemia de uma maneira significativa e educativa. Já na oficina de dança somática, pautada nos estudos de Klaus Vianna, alunas e alunos compuseram uma *performance* coletiva, pautada em “frases corporais” individuais. A Dialética do olhar provocou as/os discentes a encontrar as contradições existentes nesse período composto por sombras e luzes. Depois dessas quatro oficinas iniciais a sala se dividiu em grupos, planejou e aplicou distintas oficinas cuja problemática central foi: como lidar com a pandemia hoje e depois, quando o mundo voltar a ser outro? Muito embora o distanciamento social tenha sido a tônica de nossos encontros, os resultados apontaram para uma busca uníssona por conjugar o verbo “esperançar”, como sugere Freire. Sentimentos como insegurança, medo, resistência e superação foram expressos e partilhados em verso e prosa, por meio de músicas e fotografias, através de desenhos e *posts*, durante todo o semestre. O produto final da disciplina está sendo construído com alunas e alunos, além das profissionais convidadas, em forma de um *e-book* de autoria coletiva. As palavras-chave desse livro são pautadas nos princípios da Educação Popular: diálogo, respeito, cooperação, reflexão-ação, solidariedade, amorosidade, denúncias e anúncios.

A outra disciplina escolhida para fazer emergir considerações a respeito da orgânica relação da EP com o tripé fundamental da academia foi: “Metodologias educativas de intervenções sociocomunitárias”. Essa disciplina, no âmbito do Mestrado em Educação, tinha como objetivos ampliar conhecimentos metodológicos sobre intervenções educativas, propondo e buscando analisar diferentes possibilidades dessas intervenções em espaços escolares e não escolares. Almejava-se, inicialmente, um trabalho de campo em que docente e discentes poderiam concretizar práticas e reflexões *in loco*. As primeiras aulas teóricas foram realizadas presencialmente e, novamente o curso teve que ser reinventado em função da crise sanitária mundial. Assim, enquanto aprofundamos leituras e estudos com olhar na intervenção e emancipação social, as/os discentes planejaram ações propositivas para os próprios grupos com quem atuavam, configurando um leque de atividades tendo como público-alvo: adolescentes em situação de vulnerabilidade social; idosos moradores de

periferias urbanas; alunos e alunas de um curso profissionalizante; e pessoas escolhidas aleatoriamente entre familiares e conhecidas dispostas a “transformar-se em livros”. O alicerce dessa jornada pautou-se na construção conjunta de caminhos para compreensão e desvelamento da realidade *com* as pessoas participantes, a partir de suas proposições e conjunturas de vida. Os resultados mostraram como a curiosidade epistemológica pode contribuir para a construção de inéditos viáveis diante das situações limites que estamos vivendo no atual momento.

As respostas não estavam ou estão dadas, entretanto, ao buscar pistas que nos conduzam à construção de soluções plausíveis dentro dos desafios que se nos apresentam é fundamental, em nossa perspectiva de vida. Pelo fato de sermos inconclusos, de sermos condicionados e não determinados, temos inúmeras possibilidades de tomar a história nas mãos e transformar o que está posto.

Essa postura e atitude, longe de representarem uma concepção ingênua de conceber o mundo, traduzem, pelo contrário, a marca transgressora e revolucionária da Educação Popular: se o mundo está sendo, logo, não é, há sempre perspectivas de transformá-lo, transformando-nos.

Considerações

Em nosso ponto de vista, promover uma educação básica pública, laica e de qualidade demanda substanciais esforços por parte de professores/as e pesquisadores/as do ensino superior. A formação deve perpassar o compromisso ético *com* as pessoas que estão mais suscetíveis aos efeitos oriundos da necropolítica e da reprodução da ideologia dominante, em suas mais diversas facetas.

No momento atual, avançar na produção de conhecimentos emancipadores é um desafio pungente a ser enfrentado. Se a Ciência era fundamental antes da pandemia, o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão – especialmente nas Ciências Humanas – se mostra ainda mais urgente, uma vez que pode contribuir para desvelar as mazelas sociais, políticas, econômicas e ambientais, além de apontar caminhos para seu enfrentamento. Para transformar a realidade faz-se necessário um posicionamento crítico frente a ela, o que só é possível por meio de uma educação problematizadora, militante e engajada.

Por isso, quando militamos em nossas pesquisas e práticas, quando fazemos Educação Popular e Extensão Popular, nutrimos uma práxis educativa cujo substrato se assenta na intrínseca e dialética relação entre a sociedade e a universidade, e entre a universidade e a sociedade, ou seja, em ambos os sentidos.

Acreditamos que é preciso reinventar maneiras de superação da ideologia fatalista, espalhada por uma minoria que deseja privilégios e conquistas individualistas, fundadas no capitalismo e no neoliberalismo. Nossa esperança está apoiada na profunda e sincera crença de que somos seres sociais, essencialmente solidários, amorosos, biófilos e que, portanto, valorizamos a vida, humana e não humana. Por isso, ousamos acreditar na utopia e na eterna busca por Ser Mais.

Referências

BONILLA, Victor D.; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. In. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.131-151.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRANDÃO Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. Criar com o outro: o educador do diálogo. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 7, p.12-25, jan./dez. 2008.

FELIPE, Severino Pedro; MELO NETO, José Francisco de. Saber popular e saber científico. In. MELO NETO, José Francisco de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (Orgs). **Extensão popular**: educação e pesquisa. João Pessoa-PB: Editora do CCTA, 2017, p.225-254.

FREIRE, Paulo. Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. In. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.98-104.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FREIRE, Paulo. Educação e o processo de mudança social. In. FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 34.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011a, p.33-54.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. In. FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51.ed. São Paulo: Cortez, 2011b, p.19-31.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Lições de casa**: últimos diálogos sobre educação. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Castro e Costa, L.C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MELO, José Francisco de. **Extensão popular**. 2.ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão popular – valores éticos para uma cultura política pela extensão universitária. In. VIII CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Navegar é preciso... Transformar é possível. [evento na internet]. 2005; Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

NOVAIS, Gercina Santana; SOUZA, Tiago Zanquêta de. Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas Educacionais. **Relatório**. Uberlândia, 2019, 18p.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de; ALMEIDA, Sara Ferreira de; RIBEIRO JUNIOR, Djalma; TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos. Comunidade é tudo. In: 4 SEMINÁRIO DE PRÁTICAS SOCIAIS E PROCESSO EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES DE PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA, 26 de novembro e 3 de dezembro de 2013, São Carlos, **Anais...**, São Carlos, São Paulo, 2013.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. In: Lander, Edgardo (Org.), **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas* (pp. 107-130). Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SOUZA, Tiago Zanquêta de; OLIVEIRA, Maria Waldenez. Educação, cultura e conscientização: apontamentos para a Educação Popular. In. ARAÚJO, Renan Soares de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. (Orgs). **Educação popular e práticas sociais**: ação, processo formativo e construção do conhecimento. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018, p.32-49.

SOUZA, Tiago Zanquêta de; VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. **Negando a negação**: arquivos e memórias sobre a presença negra em Uberaba/MG. 1.ed. Curitiba: Appris, 2019.

SOUZA, Tiago Zanquêta de. A extensão popular e a produção do conhecimento conversitário. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 26, n. 2, p. 237-256, abr./jun., 2019.

TAVARES, Manoel. Culturas e Educação: a retórica do multiculturalismo e a ilusão do interculturalismo. **Educação e Cultura Contemporânea**, vol. 11, n. 25, 2014. Disponível em:
<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/649>. Acesso em 03 maio. 2020.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de; OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Educação popular: uma história, um que-fazer. **Educação Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 135-146, maio/ago. 2009, p. 142.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 50 anos da Pedagogia do Oprimido: reflexões sobre (re)existência no Brasil e na América Latina. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 4 N. 2. p.294-313, 2018.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. Entre a utopia e a concretude da Educação Popular: proposições para uma formação crítica. *In: VILLAGÓMEZ, María Sol R.; SOFFNER Renato; ROCCHI Alessio; MARQUES, Luis (Coordinadores). Desafíos de la educación salesiana: experiencias y reflexiones desde las IUS*. Quito/Ecuador: Editorial Universitaria Abya-Yala, p. 491-521) 2020.